LEI MUNICIPAL N° 1.188/13, DE 16 DE JANEIRO DE 2013.

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE
INCENTIVO À OLERICULTURA DO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

GILNEI FIOR, Prefeito Municipal em Exercício de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de incentivo a olericultura, que tem por objetivo incrementar a produção primária do Município, através de auxílio para construção de estufas, buscando o desenvolvimento rural, a geração de empregos, o aumento de renda e a permanência do agricultor no meio rural.

Art. 2º O Programa Municipal de incentivo à olericultura consistirá no seguinte:

I - fornecimento gratuito de até 10 (dez) horas máquinas, com máquinas próprias do Município, para a construção de cada estufa;

II – subsídio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora máquina, nos serviços de máquinas prestados por terceiros, até o limite de 08 (oito) horas máquinas para a construção de cada estufa;

III – subsídio de 50% (cinquenta por cento) ou até o limite de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que atingir primeiro, para aquisição de materiais de construção para edificação de cada estufa;

IV – isenção do pagamento da taxa de licença ambiental;

V – pagamento de transporte aos agricultores inseridos no programa, viabilizando o deslocamento a centros que já possuem o sistema de estufas, com vistas ao aprimoramento técnico.

Parágrafo Único: Os beneficiários deverão prestar contas no prazo máximo de até 90 (noventa) dias a contar do recebimento dos recursos.

Art. 3º Para ser incluído no Programa Municipal de Incentivo o interessado deverá preencher os seguintes pressupostos:

I) inscrever-se junto à Secretaria Municipal da Agricultura em formulário padrão elaborado e fornecido pela mesma, devendo referir a quantidade de estufas que pretende construir no ano;

II) sua propriedade deverá estar dentro do limite geográfico do Município e de acordo com a legislação ambiental;

III) ser titular de talão de produtor;

IV) construir a estufa de acordo com o projeto da obra e o memorial descritivo elaborado pelo Município, anexos e integrantes desta Lei;

V) apresentar plano de trabalho nos padrões do modelo anexo que é parte integrante da presente Lei;

VI) não possuir máquina ou equipamento de porte igual ou superior à solicitada;

VII) não ser devedor dos cofres públicos municipais.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Agricultura publicará edital de inscrição aos interessados em receber o incentivo, uma vez por ano e os serviços deverão ser prestados pela ordem de inscrição e, de acordo com as condições orçamentárias do Município.

Art. 5º A Secretaria Municipal da Agricultura prestará aos interessados todas as informações necessárias para o desenvolvimento do programa e farão o acompanhamento periódico quanto ao manuseio adequado dos benefícios, bem como os seus resultados, de acordo com as finalidades deste programa, devendo encaminhar relatórios ao Conselho Municipal de Agricultura.

Art. 6º O Plano de Trabalho apresentado por cada interessado beneficiado por esta Lei, deverá definir, no mínimo, o prazo para a construção de cada estufa e o percentual de elevação da emissão das notas fiscais de produtor.

§ 1º O percentual mínimo de aumento de produção deverá variar entre 6% (seis por cento) e 10% (dez por cento), de acordo com a média de valor adicionado dos dois exercícios anteriores ao recebimento do benefício, nas seguintes proporções:

I – De no mínimo 10% (dez por cento) para produtores cuja média de valor adicionado fiscal seja inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II – De no mínimo 8% (oito por cento) para produtores cuja média de valor adicionado situa-se entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

III - De no mínimo 6% (seis por cento) para produtores cuja média de valor adicionado seja superior a R\$ 100.000,00 (cinquenta mil reais);

§ 2º Na hipótese do interessado beneficiado não atingir o percentual estipulado ou não aplicar o benefício para o fim requerido e concedido, ficará mesmo impedido de receber qualquer incentivo ou benefício por parte do Município relacionado a área de agricultura, pelo período de 01 (um) ano, bem como deverá restituir ao Município os valores por este despendido, corrigidos monetariamente, desde o recebimento do valor e/ ou a execução do serviço, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da devida notificação.

Art. 7º *Fica, também, o Município autorizado a contratar serviços de assessoria técnica para o melhor andamento desse programa.*

Art. 8º *As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas.*

Art. 9º *Esta lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Poder Executivo.*

Art. 10 *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Tereza, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze.

GILNEI FIOR

Prefeito Municipal em Exercício